

FCT, ser ou não ser.

Desde o final de 2013, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) tem estado nas parangonas da comunicação social. Infelizmente, pelas piores razões. Desde a sua criação, em 1995, na governação socialista do engenheiro Guterres, a FCT tem sido o principal motor do desenvolvimento científico de Portugal. E, enquanto tal, assumiu o papel de principal agente impulsionador e de financiamento da ciência e do desenvolvimento tecnológico no país, acumulando no processo um capital de prestígio e uma imagem de modernidade e inovação, que serviu, inclusivamente, de modelo para toda a administração pública. Este papel foi reforçado quando, num raro exemplo de entendimento político, a governação do Dr. Durão Barroso uniu o ministério da Ciência e Tecnologia com a secretaria do Ensino Superior, que até então se encontrava no ministério da Educação. Nos mandatos do engenheiro Sócrates, esta orgânica manteve-se inalterada. Na verdade, no seu governo deste último, a dotação financeira da FCT foi reforçada e, por um breve intervalo, Portugal pode ombrear, em termos científicos, apesar da inferioridade financeira, com os seus parceiros comunitários. Os resultados foram notáveis em vários domínios do conhecimento, e Portugal passou a ser membro activo e respeitado em várias organizações científicas internacionais de que faz parte, tais como o ESO (European Southern Observatory), o CERN (European Research Center for Particle Physics), a ESA (European Space Agency) e, o EMBL (European Molecular Biology Laboratory), para citar as mais significativas em termos de investimentos.

Um governo sem estratégia nem objectivos para a ciência e a tecnologia

Mas, o espírito revolucionário e destrutivo da actual governação, não podia deixar intacta a FCT, uma fundação que só faz sentido enquanto instrumento do estado para financiar e impulsionar a ciência e a tecnologia. Se, por algum tempo, os ventos de mudança só se fizeram sentir através duma alteração retórica, que colocava a tónica na necessidade de redireccionar a oferta científica de modo a torná-la mais próxima da investigação de cunho tecnológico e aplicado, a situação alterou-se substancialmente com a recente divulgação dos resultados dos concursos de posições de investigador da FCT, bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento. Foi com a divulgação dos resultados destes concursos que se percebeu que o governo não tem qualquer estratégia nem objectivos para a ciência e a tecnologia, que não percebe a imperiosa necessidade de consistência e estabilidade que o sistema científico exige para o seu bom funcionamento, e que não está interessado em criar um clima de colaboração e diálogo com a comunidade científica.

Tristemente, o que se viu foi uma curiosa mistura de um discurso vazio e confuso sobre a excelência (um lugar comum no meio científico que, pela sua natureza, é altamente qualificado e competitivo), afirmações surreais acerca do sobre-dimensionamento da oferta até então existente, e uma chocante insensibilidade para com o facto de ficarem mais de um milhar de cientistas e investigadores sem emprego, de estudantes de doutoramento e aspirantes a esta formação sem qualquer resposta relativamente às suas legítimas aspirações de formação e para o seu futuro. Desnecessário será dizer que este estrangulamento implica um desperdício incalculável dos recursos que foram afectos na formação e na investigação que era desenvolvida e levada a cabo por estes quadros qualificados. Exigia-se, também, algum planeamento que minimizasse o impacto destes cortes indiscriminados na vida das pessoas envolvidas e na sua investigação.

A dimensão dos cortes nas bolsas e a ausência de critérios objectivos nos concursos

Para se ter uma ideia do que se está a discutir, mencionemos que no concurso para posições de investigador da FCT, cujo resultado foi tornado público em Dezembro de 2013, houve 1497 candidaturas e só 210 posições atribuídas; nos concursos de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, houve 3416 e 2305 candidatos, respectivamente, e só foram atribuídas 298 bolsas

de doutoramento e 233 bolsas de pós-doutoramento. Cortes brutais, que em termos de atribuições de bolsas representa um retrocesso de cerca de duas décadas. Acresce a este estrangulamento os sucessivos cortes de investimento na educação e nas universidades, que não têm assim qualquer hipótese de absorver cientistas qualificados e responder positivamente à evolução da qualificação da comunidade científica nacional.

Ouve-se também o argumento que o país não tem verbas para manter este nível de despesas na ciência e tecnologia, ao mesmo tempo que se propala que não houve um desinvestimento significativo nesta área. A contradição é mais que evidente, e o que se impõe é uma clarificação cabal sobre a matéria, e, caso se verifique que não há desinvestimento, então todos nós merecemos uma explicação: como estão sendo cativadas as verbas antes destinadas à formação e à contratação de mão-de-obra especializada? Planeia o governo criar um cheque-investigação? Estarão a ser desviadas as dotações para a contratação e a formação de cientistas para empresas e instituições privadas que alegam desenvolver investigação? Com que critérios e objectivos? Penso que o país merece um esclarecimento abrangente, e que os cidadãos e a comunidade científica têm o direito de participar activamente nesta discussão.

Outro aspecto a realçar é que o processo de recepção, avaliação e selecção dos candidatos mais qualificados para os concursos em questão estão eivados com irregularidade de toda a espécie. Há candidatos com a mesma experiência, com o mesmo desempenho bibliográfico, e na mesma área de investigação, aos quais é atribuída, respectivamente, a nota máxima e uma nota muito abaixo do limiar mínimo de atribuição de bolsa, tudo por conta de impressões subjectivas e casuístas por um dos avaliadores, mesmo quando em contradição com a opinião de dois outros colegas. Enfim, salta à vista, a ausência de critérios sérios e objectivos e, sobretudo, a falta de preocupação para se chegar a um consenso alargado relativamente aos propósitos e objectivos de um processo de avaliação, que se deve pautar, necessariamente, pelo interesse de dotar a comunidade científica com os mais activos e com o maior número possível de investigadores.

É fundamental que a FCT recupere a credibilidade

Tendo em vista os resultados deste conturbado e contestado processo, é fundamental que a FCT recupere a credibilidade perdida e inicie um processo de discussão com a comunidade científica, de modo a mitigar o prejuízo causado e encontrar uma estratégia na qual a comunidade científica se reveja minimamente. É fundamental que a FCT seja capaz de se afirmar como uma componente incontestável do sistema científico nacional e não como uma correia de transmissão das políticas em curso dos governos do momento.

Finalmente, parece-me óbvio que a FCT deve funcionar em estreita colaboração com as universidades, e outras instituições científicas, de modo a aumentar o emprego científico em Portugal. Seria também desejável que a FCT pudesse estudar formas de estabilizar a sua dotação orçamental fixando-a a uma fracção fixa de algum imposto. Neste sentido, era também importante que a FCT criasse, em articulação com os ministérios da Economia e das Finanças, um conjunto de regras que permitissem às empresas que contratam doutores e que desenvolvem investigação, gozar duma diminuição nas contribuições do IRC ou de outras formas de isenção fiscal.

Orfeu Bertolami

Departamento de Física e Astronomia

Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

orfeu.bertolami@fc.up.pt

<http://web.ist.utl.pt/orfeu.bertolami/homeorfeu.html>